

O papel histórico de Macau no encontro da China com o Mundo

*Wu Zhiliang**

Ao longo da história, Macau tem vindo a desempenhar, nas modernas trocas culturais entre a China e o Ocidente, um papel de plataforma, em que os moradores chineses e ocidentais por vários séculos têm convivido sob jurisdições diferentes nesta nesga de terra, não tendo aparecido muitos conflitos ou conflitos graves. Para estes factos, é de crer que não haverá lugar a objecções, antes pelo contrário, esta afirmação é cada vez mais consensual entre mais pessoas. Este diálogo intercultural, ou “Fórmula de Macau” tem vindo a ser coroado de sucessos, que constituem temas de estudos académicos.

No passado, temos tentado, do ponto de vista da motivação de interesses e da consciência cultural, explorar os motivos do sucesso do “Fórmula de Macau”; temos achado, em maior ou menor medida, algumas respostas convincentes, apesar de serem conclusões tiradas a partir da perspectiva de padrões comportamentais, mas elas apenas podem retratar parte de cenários do diálogo intercultural ocorrido em Macau, sem poder no entanto abordar o significado social que a “Fórmula de Macau” tem por de trás. Por outro lado, servirmo-nos do conceito da antropogeografia para reflectir sobre esses problemas, pode fornecer algumas pistas para compreender como é que Macau tem conseguido desempenhar, com sucesso, o papel de uma plataforma inicial nas modernas trocas culturais entre a China e o Ocidente, até para fornecer algumas inspirações para futuros intercâmbios internacionais da China com o exterior, bem como para definir o papel de Macau no actual processo de intercâmbios internacionais da China com o resto do Mundo.

Acreditamos que o motivo pelo qual Macau se tem tornando numa plataforma inicial dos modernos intercâmbios culturais, se deve principalmente ao facto de Macau ter vindo a oferecer um “espaço público” de encontro e diálogo cultural entre o Oriente e o Ocidente. Ao mesmo tempo, nessa altura Macau tinha um estatuto muito peculiar, que está na

* Presidente do Conselho de Administração da Fundação Macau, Doutorado em História.

origem das suas múltiplas identidades sociais, que têm vindo a promover o diálogo e a compreensão entre a China e o mundo ocidental.

O “espaço público”, aqui referido, usa um conceito da antropogeografia; especialmente, de acordo com a definição, o “espaço público” não tem restrições de acesso. De um ponto de vista jurídico, todo o espaço utilizado para reuniões públicas, debates e expressão de opiniões dissidentes pode ser considerado como um “espaço público”. Para os estudiosos britânicos Nicholas Dines e Vicky Cattell, por “espaço público” entende-se as habilidades da convivência social e um lugar para debates face-a-face, enquanto que o estudioso britânico Hannah Lownsbrough e o estudioso holandês Joost Beunderman se destacam mais claramente a dizer: O “espaço público” tem a função de promover o diálogo cultural e a interacção. Ao mesmo tempo, o “espaço público” significa a presença do domínio público, em que se pode ajustar a opinião colectiva e a acção entre a sociedade e o estado. A explorar a partir de uma perspectiva da ciência política, a cientista política norte-americana Iris Marion Young aponta que a política, como promotora de actividades chave de temas e decisora de como devem ser organizadas as relações entre o regime e a sociedade depende decisivamente de um espaço a que toda a gente tem acesso e da existência de fóruns.

Quanto à teoria da identidade social, foi lançada pela primeira vez em 1979 pelos psicólogos britânicos Henri Tajfel e John Turner. Eles acreditam que uma pessoa não é só um indivíduo, mas sim uma individualidade, que possui um círculo correspondente cada vez mais alargado. Contexto social diferente faz com que uma individualidade tenha reflexões, percepções e acções diferentes, a nível pessoal, familiar, ou nacional. Da mesma forma, Michael Hogg e Graham Vaughan também acham que os indivíduos podem ter múltiplas identidades sociais, isto é, o auto-conceito da compreensão dos indivíduos, no que se refere à identidade dos membros das comunidades.

Por outras palavras, o ambiente em que se encontra o indivíduo é capaz de determinar a sua própria identidade social. A teoria da identidade social afirma que a criação da identidade de membros da comunidade é uma unidade que se baseia na classificação e no reforço da identidade dentro da comunidade, especialmente quando os indivíduos têm a sua própria identidade estabelecida, tende activamente a estabelecer, mediante a comparação de características internas e externas das comunidades,

a sua peculiaridade interna, de modo a consolidar a auto-estima do indivíduo. Isso faz com que a consciência das pessoas sobre a ontologia seja posicionada ao nível de “nós”, em vez de “eu”. Ao mesmo tempo, através da constante comparação e diferenciação com outros grupos, verifica-se uma alteração da identidade social, a nível individual, local e nacional.

Através de uma retrospectiva da história marítima colonial portuguesa, sabemos que Portugal, já em 1514, obteve do Vaticano o privilégio do Padroado, quer dizer, quaisquer missionários europeus que saíssem da Europa deviam passar por Lisboa, a bordo de barcos portugueses e possuíam a autorização da Corte portuguesa. Os missionários, além da lealdade para com o Papa, tinham de prestar juramento ao Padroado Português. O Papa, ao escolher candidatos a bispo para o Oriente, precisava da aprovação do rei de Portugal, enquanto que este tinha o direito de construir igrejas nos territórios das missões, destacar missionários e nomear bispos para os dirigir. Também sabemos que após o estabelecimento dos Portugueses em Macau, em meados do século XVI, os missionários jesuítas usavam este porto como trampolim para entrar no continente da China, não só levando a doutrina da Igreja Católica Romana, mas também divulgando a ciência e a tecnologia ocidentais e os conhecimentos da cultura e das artes ocidentais da época. Os missionários, através de Macau, davam a conhecer ao Ocidente, e a divulgar nele, a filosofia, a língua, a literatura, a história, a geografia, as artes e os ofícios chineses, entre outras coisas.

Sendo a China o empório do comércio exterior mais importante da época, outros países ocidentais, especialmente comerciantes do Reino Unido e da Holanda, introduziram, através de Macau, produtos comerciais ocidentais na China, cuja maneira de agir muitas vezes não era totalmente aceite pela China de então; no entanto, Macau servia de barómetro para uma comparação de diferenças culturais entre a China e o Ocidente e até constituía um tampão para atenuar potenciais conflitos. Vale a pena ressaltar que mais tarde quando estalou entre a Santa Sé e a Corte de Qing a “Controvérsia da Questão dos Ritos Chineses”, o Imperador Kangxi serviu-se habilmente do estatuto especial de Macau para mandar repatriar para Macau Carlos Thomas Maillard de Tournon, responsável da “Ordem de Nanjing”, para esperar o juízo final. Esta operação residia em aproveitar-se do estatuto de Portugal como inquilino de Macau e da necessidade de Portugal salvaguardar os seus interesses vitais em Macau para usar Macau como tampão para obter um espaço de ma-

nobra, dando-lhe uma função de ponte de transmissão de mensagens e de intercâmbios de pessoal.

Embora o estatuto de centro do comércio exterior da China se encaminhasse para a decadência, a partir dos meados do século XIX, este facto não diminuiu o papel de Macau de intercâmbio e de diálogo entre a cultura chinesa e a ocidental. Isto tem a ver com o método da expansão colonial, através da propagação da religião e da divulgação da cultura por detrás dela. Apesar de uma certa redução da função comercial de Macau, a “Edificação civilizacional” como uma das ideias nucleares da expansão portuguesa continua, o que fez com que Macau, sob a sua administração, tivesse certa “vantagem”, no intercâmbio com o exterior, no que diz respeito à área cultural. Precisamente graças a esse enfraquecimento comercial, expandia-se um “espaço público” para o intercâmbio cultural.

Falando a nível pragmático, as autoridades administrativas portuguesas vinham de há muito tempo a implementar uma política de imigração mais liberal do que as zonas vizinhas, de modo que os visitantes podiam ficar em Macau por relativamente longo tempo. Em seguida, a decadência da importância internacional de Macau diminuiu drasticamente a sua visibilidade internacional, o que veio num período histórico posterior a facilitar o envio de pessoal a Macau pelos diversos países ou a utilizar Macau para ajustar pontos de vista, posições e acções dos intervenientes, sobretudo nos tempos em que a geopolítica se tornava complicada, a fim de determinar a organização e a operação concretas das relações entre sociedades diferentes. Graças ao acesso mais fácil do que nas outras regiões vizinhas, Macau tinha condições favoráveis para criar uma atmosfera mais tolerante, o que favorecia a penetração da cultura ocidental no continente da China através de Macau, e vice-versa, e a cultura chinesa espalhava-se pelo mundo também através de Macau; assim, Macau tem vindo a desempenhar realmente um papel de “espaço público” de intercâmbio cultural entre a China e o Ocidente.

Por outro lado, ao longo da história, as dinastias Ming e Qing, com base na situação interna daqueles momentos, consideravam a comunidade portuguesa residente em Macau como um bairro estrangeiro especial, de modo que o Leal Senado, uma organização municipal tradicional portuguesa, podia praticar certa autonomia interna comunitária; ao mesmo tempo, vinha pagando o foro aos governos de Ming e Qing, prestando vassalagem às autoridades das dinastias Ming e Qing e reconhecendo a

plena soberania chinesa sobre Macau. A partir dos documentos portugueses produzidos ao longo de cerca de 300 anos, vemos que mais de uma vez destacam que a soberania de Macau pertence à China, e a administração portuguesa não atinge os chineses. Por exemplo, num documento datado de 1621 lê-se: “Embora esta cidade pertença ao nosso Rei, a terra pertence ao imperador chinês.” Em 1777, o Bispo de Macau e o Governador interino de Macau, Guimarães, num parecer dirigido ao Leal Senado, explicavam melhor que os portugueses de Macau, ao nível de regime, estavam sob uma “obediência mista”. Apesar de os Portugueses terem estabelecido com sucesso uma dominação colonial completa em Macau, em 1887, foi assinado entre a China e Portugal o Tratado de Amizade e Comércio Portugal-China. O referido convénio não transferiu a soberania de Macau para Portugal, mas reiterou a plena soberania da China sobre Macau, ao confirmar a “perpétua ocupação e governo de Macau por Portugal”. Isso fez com que se produzissem duas identidades sociais completamente distintas, ao nível político. Em síntese: Macau é território chinês sob a administração portuguesa; por outras palavras, administrativamente pertence a Portugal, mas a soberania continua a pertencer à China.

Pelos vistos, devido a uma administração especial, os intercâmbios entre as nações chinesa e portuguesa, bem como a implementação da política de porto franco, que criou uma nova atmosfera social e cultural e activou a circulação de pessoas, tudo isto fez com que na sociedade civil de Macau surgissem identidades sociais bem diferentes. Além da cultura chinesa, que é o corpo gerador, reúne populações de etnias diferentes em Macau, o que lhe traz umas propriedades de Lusofonia, Latinofonia, até do mundo ocidental em geral. Membros sociais de Macau, no seu contacto com o mundo de fora, combinam conscientemente, por um longo tempo, o “factor chinês”, o “factor lusófono” e o “factor latinófono”, bem como o “factor ocidental”, tão característicos da cultura local de Macau, com as características dos grupos-objecto. Através desta estratégia de diálogo, que reside em “unir-se ao unísono e comunicar-se entre si”, o papel de Macau como ponte mantém-se e maximiza-se ao mais alto ponto.

É precisamente este “espaço público” e as múltiplas identidades sociais, que Macau tem que dão origem à “Fórmula de Macau” do diálogo intercultural.

Esta trajectória única e a experiência gratificante de Macau trazem uma inspiração para a China de hoje, que necessita de ser convenient-

temente ajustada, devido às mudanças de fundo do espaço-tempo. Por exemplo, a dupla identidade que Macau detinha, ao nível político, desapareceu naturalmente com o retorno de Macau à Pátria; no entanto, quanto às múltiplas identidades sociais da sociedade civil, devido à política de “Um país, dois sistemas”, praticada nos últimos anos, Macau tem experimentado um novo processo de internacionalização, de modo que a tem preservado e reforçado, cujo conteúdo tem sido enriquecido por grupos étnicos diferentes, que têm vindo a viver e fixar residência em Macau, o que promove directamente o fortalecimento da função de Macau como “espaço público” de um diálogo intercultural.

A China e o mundo precisam de maiores intercâmbios e diálogo. Isto não é só necessário para o desenvolvimento da China, mas também é tendencialmente necessário para o mundo. Sabemos que durante os 30 anos das reformas e abertura da China, o seu poderio nacional geral aumentou significativamente e a vida das pessoas melhorou grandemente. Os objectivos das “4 modernizações” estão praticamente concretizados. A China de hoje, além de continuar a concentrar-se em enriquecer o “Hard power” económico, também começou a prestar atenção ao desenvolvimento do “Soft power” cultural, ao divulgar a língua e a cultura chinesas tradicionais no exterior de modo a aumentar o conhecimento e a compreensão da China pelo resto do mundo. Vale a pena notar que, após a adesão da China à Organização Mundial do Comércio em 2001, os intercâmbios comerciais com outros países ou territórios tornaram-se mais facilitados e regularizados, o que levou directamente a um aumento de oportunidades de diálogo entre as diferentes culturas. Mais importante, a China vai mais ao encontro do mundo numa tentativa de internacionalização, significando que a China deixou definitivamente o antigo caminho de auto encerramento.

Nos últimos 10 anos, os intercâmbios da China com o resto do mundo têm sido de grande escala, apresentando características e formas multi-níveladas. Segundo estatísticas de saídas em viagens turísticas, deparamos com uma envergadura sem precedentes: em 2001, as viagens ao exterior registram 12.130.000 pessoas. Em 2011, atingiram a 70.250.000 pessoas, com um aumento de quase cinco vezes. Além do turismo e viagens de negócios, a nível popular, as trocas de visitas a nível diplomático intensificaram-se e se tornaram cada vez mais importantes, com a crescente influência internacional da China. Ao mesmo tempo, o conceito da “diplomacia pública” começou a florescer na China, na esperança de

atingir o objectivo diplomático formal, através das trocas informais entre a China e o resto do Mundo.

Por outro lado, foi precisamente há cerca de 30 anos que foram en-cetadas as reformas e a abertura da China e embora a tecnologia das tele-comunicações tenha conhecido avanços impressionantes durante as últi-mas 3 décadas, a impressão que o mundo de fora tem da China costuma permanecer na fase anterior à abertura e às reformas, em consequência da influência de alguns factores históricos. Especialmente para os países ocidentais desenvolvidos, a China é um país socialista com características próprias, cujo regime político e métodos de gestão da economia e da pro-dução são diferentes; mais ainda estando esses países no passado no cam-po oposto aos países socialistas, é inevitável o seu mal-entendido sobre a verdadeira face da China de hoje.

Nos últimos 10 anos, a China tem vindo a realizar com activos es-forços a diplomacia pública de modo a promover a divulgação da cultura tradicional chinesa. As conquistas no desenvolvimento económico têm tornado a China na segunda maior economia do mundo. Por volta de 2020, a China terá a oportunidade de se transformar na maior economia do mundo. A partir destes factos e expectativas, estamos mais conven-cidos de que, pesem embora os profundos preconceitos subjectivos de alguns do mundo exterior, em relação a China, ao nível da razão e da inteligência, já é impossível negar a importância dos intercâmbios com a China, chegando a existir certa consciência da necessidade de compreen-der certos modos de pensar e praticar dos chineses, o que corresponde aos seus próprios interesses a longo prazo.

Após o retorno à Pátria, Macau tem beneficiado da garantia dada pelo princípio “Um país, dois sistemas”, de modo que tem podido de-sempenhar um papel único e insubstituível na promoção do intercâmbio e do diálogo entre a China e o resto do mundo. A Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau garante que as associações cívicas e as organizações religiosas de Macau possam manter e desenvolver as suas relações com os congéneres de outros países, regionais ou internacionais e garante que o Governo da Região Administrativa Especial de Macau, com a devida autorização do Governo Central, mantenham e desenvolva, por si próprio, relações, celebre e execute acordos com países e regiões ou organizações internacionais interessadas nos domínios apropriados. Ao mesmo tempo, autoriza a Região Administrativa Especial de Macau

a exercer controlo da imigração, em relação a países ou regiões do mundo, no que toca à entrada, estadia e saída. Tudo isto fornece condições necessárias e garantia legal para a China e o mundo usarem Macau como ponte de comunicação e “espaço público” de diálogo .

Mesmo em presença de um “espaço público” facilitado, Macau ainda precisa de ter múltiplas identidades sociais, a fim de conseguir desempenhar o seu papel ao máximo. Em comparação com outras cidades da China, Macau possui contactos e relações mais estreitos com os países da Lusofonia e da União Europeia. No campo das relações com os países da língua portuguesa, devido a razões históricas, a “identidade social da língua portuguesa” é muito marcante. Macau é membro da União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa e da Associação das Universidades de Língua Portuguesa, entre outras organizações; ao mesmo tempo, é sede do Secretariado Permanente do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa. Desde o retorno, o intercâmbio e a cooperação de Macau com os países lusófonos foram mais intensificados, e as áreas de cooperação e o conteúdo correspondem melhor às necessidades de Macau e até às da China. Além da economia e do comércio, nos últimos anos também começa a prestar atenção à cooperação no campo da educação, da tradução da língua e da educação. Não poucos professores do chinês do Instituto Confúcio em países de língua portuguesa aprenderam o português em Macau.

Por outro lado, Macau também serve de canal e plataforma, mediante os quais pessoas de países de língua portuguesa podem conhecer a China. Citemos como exemplo a Fundação Macau, que concede anualmente bolsas de estudo a estudantes dos países de língua portuguesa, incentivando-os a inscrever-se em cursos superiores em Macau. Após vários anos de vida em Macau e com contactos com estudantes universitários locais, estabelecem preliminarmente ligações que formam uma rede social com a China. Depois de formados, a partir dos seus países de origem, activam as redes sociais já estabelecidas para promover relações dos seus países com a China.

Outra identidade social proeminente de Macau é a “identidade social europeia”. De certa forma, esta provém da “identidade social lusófona”. Macau e a União Europeia estabeleceram desde 1992 relações formais, e através de uma série de vias e mecanismos, mantêm contactos e cooperação estreitos. Actualmente, Macau e a União Europeia estão

a levar a cabo uma ampla cooperação no campo do direito e tradução. Devemos ter consciência de que o sistema jurídico de Macau entra num período histórico de profundas reformas, enquanto o interior da China também está num período importante da construção jurídica. A China, a partir dos finais da Dinastia Qing, tem sido profundamente influenciada pelo sistema jurídico romano-germânico, sem falar das muitas influências do ordenamento jurídico português. A julgar pela essência do sistema legal de Macau e do Continente da China, pertencem à mesma lei civil, que tem pontos bastante próximos. Os problemas teóricos jurídicos que Macau enfrenta no processo das reformas jurídicas irão fornecer uma valiosa referência para a construção jurídica do interior da China, evitando-lhe enveredar por caminhos sinuosos e desvios.

A “Identidade social europeia” significa que as línguas europeias que Macau pode acolher não são apenas a língua portuguesa, mas potencialmente outras línguas neolatinas. Embora a actual cooperação entre Macau e a União Europeia no campo da tradução esteja restrita à tradução e interpretação Sino-Portuguesa, parece ter condições de tomar Macau como a base para estender a cooperação em outras línguas europeias, até estender para toda a China, no que se refere ao âmbito geográfico, de maneira a consolidar o potencial da “identidade social latinófona” de Macau. Além dos campos do Direito e da tradução, Macau ainda pode servir-se do estatuto do “Património Mundial” do seu centro histórico, reconhecido pelo UNESCO e de um longo relacionamento com a Igreja Católica Romana para promover a comunicação e a cooperação entre a China e o mundo ocidental, na área da protecção do património cultural da compreensão religiosa e dos intercâmbios de informação documental.

Recordando o percurso do desenvolvimento urbano de Macau nos quase 500 anos decorridos, vê-se que ela, de empório comercial evoluiu para uma cidade cultural. No últimos anos, apesar do rápido desenvolvimento da economia de Macau, pela restrição do âmbito geográfico e do tamanho do mercado, seria difícil tornar-se numa economia local de grande escala, mas graças à sua profunda herança histórica e cultural, tem todas as condições para se desenvolver na direcção de um refinado centro de turismo mundial e de lazer. Este modelo de tomar a cultura como a base do desenvolvimento social e económico local, faz com que Macau, quando ajuda a China a ir ao encontro do mundo, deva colocar ênfase no diálogo intercultural entre a China e o mundo ocidental. Em comparação com outras cidades chinesas que se concentram no desenvolvimento

das relações comerciais e económicas com o Ocidente, Macau deve dar um papel primordial ao desenvolvimento das relações culturais, de que constitui um importante motivo insubstituível durante o longo tempo da “Fórmula de Macau”, que carecem outras cidades chinesas. O princípio “Um país, dois sistemas” dá garantia às características de múltiplas identidades sociais de Macau, permitindo-lhe continuar a ser um ideal “espaço público” de entendimento mútuo e do diálogo entre a China e o Ocidente, de modo a desempenhar um papel importante no processo de a China ir ao encontro do mundo.